

O Primeiro Deputado Estadual Cassado da História do Rio Grande do Sul e a Crise de Imagem e Confiança do Poder Legislativo¹

Julia Machado Biasibetti²

Resumo

O presente artigo utiliza o caso do deputado estadual Diógenes Basegio, primeiro parlamentar da história do Rio Grande do Sul a ter seu mandato cassado após escândalo provocado pela divulgação de imagens onde praticava supostas irregularidades, para promover uma reflexão acerca de três aspectos bastante atuais das crises de imagem no sistema político: o desgaste e a desconfiança das instituições e agentes políticos por parte da opinião pública; as novas realidades ambientadas pela tecnologia na política e a mídia como vetor das crises. Por fim, verificou-se que o caso estudado reúne em si exemplos de todos os aspectos analisados, por ser uma crise de imagem que nasceu da divulgação na imprensa de um vídeo gravado por celular, que destruiu a reputação do deputado e aumentou a desconfiança em relação ao parlamento.

Palavras-chave: opinião pública; poder legislativo; tecnologia; mídia; crise de imagem.

Introdução

Crises e escândalos de corrupção na política brasileira não são novidades. E muito menos a reputação profundamente abalada das instituições políticas e seus agentes, em especial, do Poder Legislativo. Diversos acontecimentos do gênero já foram levados a público pela imprensa no país e, por consequência, contribuíram para a desconfiança e o desgaste da imagem dos Parlamentos perante a opinião pública.

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, porém, apesar de não ter ficado isenta de crises de imagem relacionadas ao seu funcionamento ao longo da história, talvez tenha vivenciado pela primeira vez, em junho de 2015, um profundo abalo em sua imagem institucional ocasionado pela ação individual de um parlamentar. A crise eclodiu pela divulgação, em rede nacional, de uma matéria jornalística que evidenciava a conduta indevida de um deputado estadual por meio de um vídeo gravado pelo celular de um ex-assessor.

O caso do deputado estadual Diógenes Basegio³ foi revelado em reportagem⁴ veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo, em 7 de junho de 2015. A matéria,

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Jornalista Especialista em Planejamento em Comunicação e Gestão de Crises de Imagem, da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da PUCRS.

do repórter investigativo Giovani Grizotti⁵, amplamente conhecido no Rio Grande do Sul pela cobertura de casos de corrupção na política, apresentava vídeos gravados por um ex-assessor do deputado e entregues ao jornalista como forma de denúncia das práticas suspeitas que ocorriam no gabinete.

Nas imagens, era possível identificar o parlamentar e alguns membros de sua equipe em tratativas que remetiam a supostas devoluções de partes de seus salários. O próprio assessor denunciante participava das negociações no momento da gravação. Apesar de o Parlamento Gaúcho já ter sido pauta de diversas crises anteriormente, até então, nunca havia sido registrado tão explicitamente o envolvimento direto de um parlamentar na situação denunciada. O registro em vídeo sepultou qualquer negativa por parte do deputado de que ele não tinha conhecimento do que acontecia em seu gabinete, argumento comumente utilizado em ocorrências semelhantes. A gravidade da crise de imagem gerada e a necessidade de uma resposta para a opinião pública que pudesse resgatar a crença da sociedade na ação parlamentar levou a Casa Legislativa Gaúcha à cassação, pela primeira vez na sua história, do mandato de um deputado estadual.

Compreende-se aqui a opinião pública a partir do conceito proposto por Figueiredo e Cervellini (1995), de que ela pode ser entendida como:

Todo o fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito a toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas. (FIGUEIREDO e CERVELLINI, 1995, p. 116).

Dessa forma, uma vez que grande parte da sociedade só conhece o funcionamento do Poder Legislativo por meio das informações divulgadas pela imprensa, e geralmente, a cobertura da mídia só contempla as ações que fogem à normalidade, o caso Basegio expôs a Assembleia Legislativa de forma contundente e sua grande repercussão suscitou questionamentos por parte da opinião pública acerca

³ O ex-deputado Diógenes Basegio é médico e natural do município gaúcho de Passo Fundo. Filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), iniciou sua vida política em 2004, como vereador mais votado em sua cidade natal; em 2006 foi eleito deputado federal suplente e em 2008 reeleito para a Câmara Municipal. Ao concorrer ao cargo de deputado estadual pela primeira vez, em 2010, foi eleito com 36.071 votos. Foi líder do PDT e autor de 22 projetos de leis e 8 leis sancionadas. Em 2014 foi reeleito deputado estadual. Após a grande repercussão do caso de corrupção envolvendo seu nome, renunciou ao cargo em 20 de novembro de 2015 e a Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade a cassação de seu mandato em 24 de novembro do mesmo ano.

⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/06/deputados-estaduais-usam-colecao-de-fraudes-para-desviar-dinheiro-publico.html>>.

⁵ Giovani Grizotti é repórter investigativo da RBS TV, formado em Jornalismo pela PUCRS. Conhecido “repórter sem rosto”, já investigou e revelou diversos escândalos políticos.

das práticas em voga e do trabalho realizado pelo Parlamento, assim como sua verdadeira finalidade.

Além disso, diante do contexto social observado atualmente, no qual o sistema político já é totalmente desacreditado, a crise demonstrou a extrema dificuldade de separação da imagem institucional do Poder Legislativo da imagem individual de um parlamentar, uma vez que, embasadas pela cobertura midiática, as pessoas tendem a generalizar as atitudes, fator que reforça ainda mais a imagem negativa atribuída aos políticos.

De fato foi por meio da repercussão midiática que a opinião pública estabeleceu suas primeiras impressões sobre o ocorrido e, ao mesmo tempo, foi diante da esperada cobertura intensa das atitudes posteriores à denúncia e da ampla repercussão do caso - como acontece em todas as crises de imagem de grande proporção - que a Assembleia Legislativa precisou se posicionar e agir na tentativa de restaurar e preservar a imagem da instituição, colocando em prática todos os trâmites legais para a cassação do mandato de Basegio.

Do ponto de vista comunicacional, outros fatores se mostram igualmente relevantes para a observação e compreensão do cenário que culminou na crise, e, com base neles, este artigo visa promover uma reflexão acerca de três aspectos bastante atuais das crises de imagem no sistema político: o desgaste e a desconfiança das instituições e agentes políticos por parte da opinião pública; as novas realidades ambientadas pela tecnologia na política e a mídia como vetor das crises de imagem.

Para este estudo abordou-se os principais fatores geradores da desconfiança nas instituições e agentes políticos por parte da opinião pública; em seguida, o trabalho segue para a discussão sobre a tecnologia, aspecto amplamente incorporado no cotidiano da sociedade mas que ainda conta com um potencial gerador de crises de imagem muito subestimado pelos agentes públicos. E por fim, depois de propor uma compreensão do cenário, discutiu-se o papel desempenhado pela mídia na cobertura do caso e no direcionamento da opinião pública, uma vez que se entende que a imprensa, nesse caso, não foi a causa da crise, mas sim a propulsora dos fatos.

As Instituições Políticas e a Desconfiança da Opinião Pública

Para compreendermos a grande repercussão alcançada pelos escândalos e as

consequentes crises de imagem que se instauram nas instituições políticas, se faz necessário refletir, inicialmente, sobre o descrédito da opinião pública na classe política. Como bem destaca Ana Lúcia Novelli (2010), as críticas ao Poder Legislativo são uma das poucas unanimidades observadas na sociedade atual, e essa desconfiança, como afirma o cientista político José Álvaro Moisés (2013) está ligada, em grande parte, com a percepção do mau funcionamento das instituições e principalmente com a permanência do fenômeno da corrupção.

Para Novelli (2010), os parlamentos são condicionados por fatores estruturais de seu funcionamento e refletem o sistema eleitoral adotado por cada sociedade. “É a partir do sistema eleitoral que se define a forma de composição do parlamento e a natureza da ligação que se estabelece entre a sociedade e o parlamento”. Ainda segundo a pesquisadora, embora tenham sempre o mesmo nome – Parlamento – a estrutura legislativa varia de acordo com as necessidades ou exigências de cada país ou governo, mas, de forma geral, a definição desenvolvida por Maurizio Cotta (1991), dimensiona bem o papel que desempenham:

Uma assembleia ou um sistema de assembleias baseadas num “princípio representativo”, que é diversamente especificado, mas determina os critérios da sua composição. Estas assembleias gozam de atribuições funcionais variadas, mas todas elas se caracterizam por um denominador comum: a participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração ou execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à “vontade popular”, Convém precisar que, ao dizermos “assembleia”, queremos indicar uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas, geralmente, num princípio igualitário. Trata-se por isso, de uma estrutura policêntrica”. (COTTA, 1991, p. 880 *apud* NOVELLI, 2010, p.47).

Embora a atuação do Poder Legislativo seja reconhecidamente importante e que seja possível constatar, atualmente, que os parlamentares periodicamente eleitos sejam a expressão concreta da representação política, hoje, o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas sofrem cotidianamente o desgaste e a crescente rejeição de suas práticas.

Novelli (2010) utiliza a classificação proposta por Moisés e Venturi (1990, p. 29) para explicar a severidade na avaliação das instituições brasileiras, destacando dois aspectos:

- a) o sentimento de que as instituições funcionam mal, e b) “o reconhecimento de que, pelo menos para aquilo que essas instituições existem, aquilo para o que elas foram criadas, elas não são eficientes, não revelam suficiente competência para dar conta das expectativas

que geram na sociedade. (MOISÉS e VENTURI 1990, p. 29 *apud* NOVELLI, 2010).

Essa ineficiência evidenciada através da opinião pública pode ser compreendida pela dificuldade de acesso a informações básicas do processo legislativo. Afinal, a cobertura midiática ainda é a única fonte que a maioria das pessoas tem para construir seu entendimento sobre o trabalho dos parlamentos, e dificilmente, os detalhes dessas atividades e sua relevância ou não serão divulgados pela imprensa, a não ser que sejam objetos de alguma situação fora do comum ou crise institucional. Ao mesmo tempo, “a opinião pública é um dos atores sociais mais importantes das democracias modernas, tornando-se uma instância intermediária entre o Estado e a sociedade e atuando como fonte de legitimação política” (NOVELLI 2010, p. 27). Sendo assim, para governos e políticos, conquistar a opinião pública é ter o consentimento e a confiança da população que eles representam. Como assinala Mário Rosa (2001, p.35), “em maior ou menor grau, o que todos vendemos é a confiança que conseguimos despertar nos outros. E essa confiança é tanto maior quanto for nossa reputação”.

Moisés (2010) conceitua confiança como algo que se refere à crença das pessoas na ação futura dos outros, como uma aposta que, de alguma forma, os outros contribuirão para o nosso bem estar ou não causarão prejuízos. Ele reitera, porém, que confiar envolve riscos, uma vez que não há como garantir seus resultados. É o que ocorre com a representação política, uma vez que o cidadão transfere confiança ao eleger um deputado e crê que a instituição legislativa irá atuar na defesa dos interesses coletivos, mas se depara constantemente com situações que colocam tal confiança à prova.

[...] na esfera política, supõe-se que ela preencha o vazio derivado das dificuldades das pessoas comuns em mobilizar os recursos cognitivos necessários para avaliar e julgar a qualidade das complexas decisões políticas que afetam as suas vidas; nesse caso, ela envolve a crença e as expectativas das pessoas a respeito das funções singulares atribuídas às instituições no regime democrático, algo diretamente relacionado com sua qualidade. (MOISÉS, 2010, p. 9).

Dessa forma, o autor corrobora com a afirmação de que, quando as instituições não correspondem ao que é esperado delas, surge a insatisfação e a desconfiança por parte da opinião pública.

Um fator bastante pertinente proposto por Moisés (2010) é que, com efeito, essa desconfiança dos cidadãos em relação às instituições cria o ambiente favorável para que os membros da comunidade política se sintam descomprometidos com a vida pública,

podendo recusar-se a cooperar com as diretrizes do Estado ou ignorar as leis e as normas estabelecidas como reguladoras da vida social e política. E esse círculo da desconfiança se completa quando tais práticas ocorrem e chegam ao conhecimento da sociedade, dando forma ao escândalo político.

John Thompson (2002) define os escândalos como ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões, que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública. Wesley Cardia (2015) destaca requisitos que transformam um simples acontecimento num escândalo.

Há que existir uma transgressão de valores, de normas, padrões ou códigos morais. Tem que haver quebra de um ou mais desses conceitos entendidos como paradigmas do homem médio comum. Também deve haver algum segredo na transgressão. É no desvendar, na revelação do fato ao público que o escândalo toma corpo. Também é necessário o caráter de ofensa do público em geral ou de um grupo de cidadãos - indivíduos esses, é claro, que não fazem parte do acontecimento. (CARDIA, 2015, p. 192).

Além disso, no que se refere às instituições, Moisés (2010) reforça que os casos de corrupção são os melhores exemplos de situações que contribuem sobremaneira para a construção da imagem negativa do sistema político.

Em consequência, a autoridade e a efetividade de governos e partidos políticos podem ficar comprometidas, e a legitimidade ou crença em dimensões centrais da vida democrática, como a que assegura os direitos de cidadania podem ser postas em questão. (MOISÉS, 2010, p. 12).

Mesmo admitindo que algum grau de desconfiança seja saudável, por permitir um distanciamento crítico de análise das instituições, Moisés (2010, p. 12) assinala que a desconfiança generalizada, crescente e longamente duradoura, ainda que não coloque em questão a existência da democracia no curto prazo “sinaliza a percepção negativa dos cidadãos quanto à capacidade das instituições públicas de operar como meios de realizar seus interesses ou preferências”, o que ajuda a explicar o fato de que algumas vezes, a desconfiança aparece associada a uma posição, de parte do público, que traduz um preocupante menosprezo pelas instituições de representação, inclusive com a admissão de que a democracia pode funcionar sem partidos ou parlamentos.

E se a má reputação resulta da percepção pública de ineficiência e corrupção, também é válido analisar brevemente a construção dessa percepção. Rosa (2006, p. 130) considera que na esfera pública, nossa percepção do mundo está baseada na fé. “Quando acreditamos numa fonte de informação, essa crença produz uma verdade e

essa verdade se transforma numa percepção”. Assim, construir uma reputação é criar uma imagem na percepção do público. Para ele, as imagens não estão baseadas na verdade, mas naquilo que chamamos ou enxergamos como verdade, e é aí que entra o sistema de valores que a opinião pública já dispõe - apreendido em grande parte por meio do que é veiculado na imprensa - a partir dos quais vai atribuir significado para a imagem que estão vendo. Como as imagens são vistas a partir dos valores positivos ou negativos associados a elas, no caso dos Parlamentos, como vimos, os valores negativos já estão bastante enraizados, fazendo com que ações e informações já tragam consigo essa carga extra de desconfiança indispensável nos momentos das crises de imagem.

A Tecnologia Como Estopim das Crises de Imagem

O advento das mídias e aparatos técnicos usados como meios de comunicação alterou profundamente o conceito de visibilidade na política, que, segundo Thompson (1998, p.109), se reconfigurou na medida em que elas dissociaram o acesso aos líderes⁶, fatos e acontecimentos políticos da presença física. “Antes do desenvolvimento da mídia [...] quantas pessoas puderam alguma vez ver ou ouvir indivíduos que detinham posições de poder político?”. Com isso, os políticos precisaram readequar suas ações, pensando numa visibilidade muito maior do que a alcançada nas praças públicas ou parlamentos, onde discursavam para um número limitado de pessoas.

Esse estado de permanente visibilidade (THOMPSON, 1998) transferiu poder ao público, que recebe e reúne informações sobre os políticos, avalia e afere credibilidade, decidindo (pelo menos nos regimes democráticos) quais merecerão exercer o poder político. Por isso, a administração inteligente da visibilidade tornou-se uma tarefa de extrema importância para a política, uma vez que, como destaca Rosa (2006, p. 96), “não é possível hoje dar praticamente um passo na sociedade tal como passamos a viver há tão pouco tempo, sem que deixemos como rastro alguma digital eletrônica”.

Sendo assim, não se pode mais ignorar o potencial que os aparatos tecnológicos possuem para servir como estopim das crises de imagem na atualidade, devido à constante exposição vivenciada pelos agentes políticos, muito antes da veiculação do escândalo pela imprensa. Sobre a temática, Rosa (2006) aponta para o fato de que, embora seja evidente a relação direta entre ética, moral e tecnologia, muitas instituições

⁶ Entendidos como lideranças políticas, personalidades como atuação destacada no meio político.

e agentes políticos ainda não compreendem o novo ambiente de fluxo de comunicação que estão inseridos e o desafio de preservar a reputação diante dos aparatos tecnológicos que podem flagrar e destruir imagens e reputações (independente da mídia) nas pequenas atitudes do dia-a-dia.

Enquanto Thompson (1998) defende que as mídias criaram novas formas de publicidade de indivíduos, ações ou eventos, configurando uma “publicidade mediada” que não se limita mais pela partilha de um lugar comum, Rosa (2006) vai além e propõe uma atualização das práticas para esse novo cenário de revolução tecnológica, que criou um ambiente totalmente propício aos escândalos. Para o autor, já passou da hora de a sociedade se curvar diante do fato de que a tecnologia instaurou uma nova esfera pública, um novo ambiente de visibilidade social que exige uma reavaliação das premissas de posicionamento público e a incorporação de novas formas de defender a reputação. Ele reitera, porém, que apesar do momento de transição, já é sabido que os cuidados com a reputação precisam ser prioridade nos planejamentos de comunicação e gestão de crises.

Cardia (2015) também reforça que a era digital criou novas concepções para mídia, imagem pública, popularidade, reconhecimento, difusão e propagação de informação, visibilidade, etc.

O caso Basegio ajuda a exemplificar tais argumentos, como uma das “inúmeras formas de enxergar o quanto o avanço da tecnologia causa impacto nas imagens públicas, especialmente dos líderes de maior visibilidade” (ROSA 2006, p. 91). Isso porque o estopim da crise pode ser considerado o vídeo gravado pelo celular do assessor, que posteriormente foi repassado à imprensa. A situação também se enquadra na ideia de que a reputação das instituições e agentes da política não está relacionada somente com o que é veiculado na imprensa, mas aos conceitos morais e éticos praticados no cotidiano da vida política.

João José Forni (2015, p.235) aborda essa “era da visibilidade total” como um momento em que as tecnologias acabaram por redesenhar limites de privacidade, pois, de alguma forma, todos estão expostos o tempo todo e “sempre há uma câmera por perto monitorando seus passos”. Assim como Rosa (2006), que assevera que as novas tecnologias revelam novos flagrantes e escândalos, Forni (2015) entende que, inclusive, esse novo cenário inaugurou a indústria dos vazamentos como geradores de crises de imagens, que com a amplitude dada pela mídia vem fazendo imagens públicas

desmoronarem. Para o autor, “o perigo de vazamentos pelos novos apetrechos tecnológicos está por toda a parte. Se em 1994 poderia ser a antena parabólica, hoje a ameaça vem de *lap tops*, celulares e *tablets*, sempre prontos para captar imagens que viram notícia”. (FORNI, 2015, p. 236).

Considerando que os escândalos assumiram uma importância maior e mais séria no mundo moderno, uma vez que a sociedade passou a se importar mais com o que seus representantes fazem ou deixam de fazer, Cardia (2015) também concorda que o escândalo político passou a ser um dos motores que movem a mídia, seja ela eletrônica ou impressa.

Onde houver um escândalo político haverá um jornalista em busca de informações ou um cidadão qualquer de posse de um celular com câmera. Com mais de um celular por habitante, e a maioria deles com câmera, sempre haverá alguém disposto a surpreender um político no contrapé para postar (minutos depois) no seu próprio blog ou enviar para um jornal. (CARDIA 2015, p. 191).

A tecnologia também vem formatando o que Forni (2015) chama de “República dos dossiês”, uma prática que ao mesmo tempo em que assombra políticos e organizações representa, para alguns teóricos, a morte do jornalismo investigativo.

Ficou muito fácil fazer jornalismo sem sair da redação, porque os dossiês caem no colo. E aí? Como as corporações devem agir nesse caso? Fazer de conta que não existem? Eles são usados pela concorrência, pelos adversários políticos ou por grupos de interesse dentro da própria empresa, quando querem desestabilizar pessoas ou projetos. (FORNI, 2015, p. 236).

No entendimento de Rosa (2006), estamos diante de uma teia tecnológica que nos envolve e impõe novos desafios e riscos para a credibilidade e condução da imagem pública, e ainda há pouca reflexão sobre isso, o que “significa que atitudes possíveis até pouco tempo atrás estarão caindo em desuso ou terão de se transformar inteiramente, por força das novas variáveis colocadas pelo mundo à nossa volta.” (ROSA 2006, p. 62).

Exemplo contundente dessa situação do uso dos dossiês (escritos ou eletrônicos) na política é trazido por Forni (2015, p. 236) ao lembrar que “qualquer assessor travestido de araponga, com câmera ou celular na mão, representa um perigo, se não tiver escrúpulos para usar esses artifícios”. Para ele, nesse caso, valem até as gravações clandestinas, guardadas como preciosos arquivos para detonar adversários políticos ou fazer chantagens financeiras ou morais.

Cardia (2015) também enfatiza que nos dias de hoje, com a miniaturização de

câmeras e telefones, a possibilidade de manter algo em segredo é muito pequena, uma vez que as informações vazam por simples descuido ou por interesse de terceiros.

Diante de tudo isso, Rosa (2006) ressalta a atual necessidade de os líderes pensarem suas atitudes como partes de um contexto onde não se pode mais ser ingênuo ou desprezar os riscos embutidos nas ações antes de praticá-las. “Quando falamos em ambiente tecnológico estamos falando, na verdade, de um organismo social impregnado por ela em cada mínimo detalhe. [...] formas que vão além do que o armazenamento de vozes, dados e imagens” (ROSA 2006, p. 76). Ao que Forni (2015, p. 240) complementa: “podemos até discordar dessa posição, mas na era invasiva das câmeras, celulares, satélites e das poderosas lentes do Google, é melhor realmente cuidar dos segredos para evitar crises”.

Outro importante aspecto levantado por Rosa (2006) é o fato de que os dispositivos tecnológicos contribuem o tempo todo e tem força para produzir percepções favoráveis ou desfavoráveis, dependendo de como a informação será exposta (se vier a ser).

E, se no passado ainda havia certo constrangimento por parte da mídia tradicional em aceitar um material obtido por meios obscuros, Forni (2015) destaca que hoje, no entanto, não apenas as redes sociais, mas até a imprensa tradicional perdeu o escrúpulo de publicar informações confidenciais frutos de vazamentos, sob alegação de um fenômeno tecnológico. “Há como uma absolvição tácita dos “vazadores”, incentivados até por concorrentes e opositores políticos. De vilões, que transitam numa faixa tênue entre o patriotismo e o crime, eles acabam se transformando em heróis”.

Diante dos argumentos expostos, podemos dizer que o caso Basegio nos mostra que no contexto das crises de imagem e da manutenção da reputação do sistema político, as novas tecnologias de fato são inimigas dos antigos segredos.

Tenha claro que toda vez que um velho segredo seu ou de sua organização for exposto (porque você não previu que a possibilidade dessa exposição acontecer aumentou), essa revelação poderá ser vista como transgressão: uma transgressão que antes você conseguia evitar ser vista, mas hoje talvez não. Resultado: escândalo, desgaste, perda de reputação, perda de poder. (ROSA, 2006, p. 167).

E se “quanto maior parcela da população se sentir ofendida pelos acontecimentos que envolvem um determinado político, quanto mais espaço for dado ao caso pela mídia, maior a chance de arranhar imagens, de destruir reputações” (CARDIA 2015, p. 193), é o papel da mídia (entendida como imprensa) na difusão e amplitude das

crises de imagem que estudaremos a seguir.

A Mídia Como Vetor da Desconfiança e das Crises Institucionais

Ao mesmo tempo em que contribui para a desconfiança nas instituições e agentes políticos, como afirma Nuno Coimbra Mesquita (2007), a mídia é uma instituição fundamental para a democracia. Tal afirmação se evidencia ainda mais no atual contexto vivenciado pela sociedade, onde o fluxo de informação é praticamente instantâneo.

A mídia é o elemento que coloca a serviço da democracia os meios que a população conheça os matizes dos elementos políticos. É por meio dela que se cria consciência (deliberada ou não) sobre a pauta política, sobre seus atores, sobre a agenda, etc. É ela que exerce, no momento, o poder inquisidor (sem entrar no mérito se corretamente ou não), abrindo as caixas pretas das instituições e do comportamento dos políticos. (CARDIA, 2015, p. 207).

Para complementar, Wilson Gomes (2004) lembra que há muito não se pode mais pensar os “meios” de comunicação como meros instrumentos, porque a comunicação assumiu uma nova posição na qual não atua mais como mera difusora de conteúdo, sendo também (e inclusive) capaz de influenciar na sociabilidade. E nessa dinâmica, mesmo considerando que ocorrências negativas fazem parte do cotidiano de qualquer organização, a imprensa ainda é a principal responsável por dar dimensão às crises de imagem, ou como assevera Forni (2003, p. 364), “a mídia alimenta-se da crise” e passa a ser o vetor natural dos conflitos.

Autores como Rubim (2000) e Gomes (2004) reconhecem que a interação entre mídia e política consolidou-se de tal maneira que uma tornou-se essencial à outra, tanto para legitimar-se diante da sociedade como para se reafirmar em seu próprio campo. Nesse relacionamento, de constante troca de informações, as crises de imagens são praticamente inevitáveis.

Para Forni (2003, p. 373), “admite-se como crise (do ponto de vista da comunicação) acontecimentos que, pelo seu potencial explosivo ou inesperado, têm poder de desestabilizar organizações e governos e suscitar pauta negativa”. Em especial porque as crises geradas pela atuação política e governamental sempre receberão especial atenção da mídia, porque ao interferirem diretamente na vida da sociedade, qualquer decisão ou atitude dos políticos deve ser informada ao cidadão, e hoje, a imprensa segue sendo reconhecidamente a ferramenta mais eficaz na hora da crise,

porque tem maior capacidade de atingir todos os públicos e contribuir para o direcionamento da opinião pública.

Novelli (2010) ressalta que, para que a opinião pública se viabilize deve obedecer a algumas etapas constitutivas, como a discussão ampla a respeito de temas que sejam de interesse público, a liberdade irrestrita de informação e o partilhamento da mesma opinião por numerosos membros do público. Ela afirma ainda que o questionamento atual a respeito da existência efetiva deste ente social reside na impossibilidade de acesso total às informações a respeito dos assuntos públicos. “Embora a imprensa continue a divulgar os acontecimentos, a qualidade da informação que chega a esfera pública já foi exaustivamente questionada e encontra-se longe de conceitos como isenção e objetividade”. (NOVELLI, 2010 p. 28).

Ainda assim, para Cardia (2015), a mídia tem papel preponderante nas crises de imagem porque “não basta o vazamento do fato. É preciso que ela (a mídia) o repercuta.” (CARDIA 2015, p. 194). E essa repercussão, ainda conforme o autor, requer uma série de fatos interligados entre si, como por exemplo, a importância do político envolvido e os recursos que podem ser explorados na sua divulgação. “Quando há imagens dos acontecimentos - assim como entrega de propina - maior será o destaque da mídia”. (CARDIA 2015, p. 194). O mesmo entendimento é apresentado por Forni:

Há uma tendência, sobretudo nos meios audiovisuais, para que a informação dê lugar à mídia espetáculo. A crise - qualquer que seja sua dimensão - cai como uma luva nessa pauta. Se tiver imagens, melhor ainda. A TV é o veículo preferido e um dos que chegam primeiro. Mas os jornais não ficam atrás. (FORNI, 2003, p. 368).

Também é importante lembrar que a maioria das imagens utilizadas pela mídia para dar visibilidade aos escândalos não são produzidas por ela, como já vimos anteriormente, e como reitera Cardia:

O jornalista ou o veículo de mídia raramente é o fator desencadeador do escândalo. Normalmente essa função é de alguém próximo ao caso, da polícia, do Ministério Público ou Comissões Parlamentares de Inquérito. São poucos os casos em que o jornalismo investigativo deflagrou ação que tenha dado origem a escândalo midiático. (CARDIA 2015, p. 199).

Porém, mesmo não sendo sempre protagonista, ela cumpre bem seu papel como indutora no processo de formação da opinião pública, sobretudo a televisão, pelo seu potencial de penetração na vida da sociedade.

E mesmo que a imprensa não dê conta - ou não tenha interesse - de divulgar todas as informações necessárias para uma completa análise e formação de opinião, é por meio daquilo que ela informa que as pessoas conhecem o funcionamento do sistema político.

Para Gomes (2004) também não é difícil concordar que a instituição denominada jornalismo se formou em torno dos valores e práticas particulares dos profissionais.

De todo modo, chegou um momento em que o jornalismo é socialmente reconhecido como um sistema de princípios, de valores, de relações objetivas e de distribuição de reconhecimento, como um campo social. GOMES (2004, p.53).

Cardia (2015) entende que essa atribuição qualifica e empodera a mídia para exercer o papel de observadora qualificada e reveladora dos maus atos praticados pelos políticos, de forma a inibir uma atuação em desacordo com o esperado pela sociedade.

O desgaste de instituições como a polícia, de boa parte do executivo e principalmente dos membros do parlamento faz com que a sociedade, desesperançada, lance mão da independência dos veículos de comunicação como coibidores da má conduta dos políticos. (CARDIA, 2015, p. 204).

E por meio dessa função ainda atribuída aos jornalistas e à imprensa, mesmo que possa ser questionada, que se reforça seu papel como difusora dos acontecimentos que dão forma e amplitude às crises de imagem e reputação, em especial na esfera política.

Considerações Finais

O presente artigo buscou refletir sobre os principais fatores causadores, amplificadores e resultantes das crises de reputação e imagem no Poder Legislativo. Buscou-se compreender o atual contexto de desconfiança da sociedade em relação aos políticos e parlamentos, um cenário de grande descrédito que formata um ambiente propício para a grande repercussão provocada por escândalos de corrupção, que contribui no ciclo de desgaste do sistema político frente à opinião pública.

À luz da teoria estudada, podemos dizer que o caso do deputado Basegio contribuiu sobremaneira para a manutenção da desconfiança da sociedade nas instituições políticas, uma vez que as imagens divulgadas em rede nacional naquela ocasião reforçaram e, de certa forma, confirmaram a opinião negativa a respeito do trabalho dos deputados. Como representante de uma parcela da população que, através do voto, concedeu confiança à sua atuação parlamentar, o deputado não correspondeu às

expectativas ao ser filmado dentro de seu gabinete aparentemente contando dinheiro resultante de repasse de salários de seus assessores. E embora totalmente condenável do ponto de vista ético, é do ponto de vista da comunicação e da gestão de crise que se destaca outro ponto bastante relevante que pode ser observado: a falta de atenção com o potencial “explosivo” da tecnologia.

Embora a preocupação com a imagem e com o que é exposto na mídia faça parte do cotidiano dos políticos, a maioria ainda não compreendeu que a crise nem sempre surgirá de uma investigação ou da presença de algum jornalista. É cada vez mais notória a quantidade de escândalos de corrupção deflagrados por áudios, vídeos e documentos vazados por assessores para a imprensa, mas ainda assim os agentes políticos parecem ignorar ou não acreditar que isso possa acontecer com eles.

Viu-se que o atual contexto cada vez mais ambientado pelos aparatos tecnológicos traz consigo um potencial gerador de crises de imagem que independe da presença da imprensa, uma vez que gravações comprometedoras podem ser feitas a qualquer momento, em qualquer local. Nessa dinâmica, a imprensa assume seu papel como fiscalizadora do poder político e se vale desses materiais produzidos para repercutir os fatos e dar amplitude à crise.

No caso do deputado Basegio, o vídeo com as supostas irregularidades foi entregue ao principal repórter investigativo do Estado, bastante conhecido e tido pelas autoridades políticas como algum tipo de inimigo, por revelar constantemente casos de corrupção. A divulgação da matéria em um domingo, num dos programas mais tradicionais e com altos índices de audiência da TV Globo, também demonstrou o poder da imprensa de dar início à grande repercussão do caso, que, em virtude do grande potencial para destruir a reputação do parlamentar, culminou na primeira cassação de mandato de um deputado estadual da história do Rio Grande do Sul.

Por fim, é importante ressaltar que promover a reflexão sobre o maior número de fatores e contextos possíveis a serem considerados como potenciais geradores de crises, em especial no cenário político, é fundamental no processo de planejamento e prevenção desses escândalos. O ambiente tecnológico aliado ao profundo desgaste das instituições políticas é um contexto que se impõem aos políticos e instituições democráticas, e enquanto suas práticas não se adequarem a este novo cenário, o gerenciamento das crises seguirá sendo um grande desafio para os profissionais de comunicação, que dificilmente, sozinhos, conseguirão reverter os danos.

Referências

CARDIA, Wesley. **Crise de imagem e gerenciamento de crises**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, Rubens e CERVELLINI, Silvia. **Contribuições para o conceito de opinião pública**. Revista Opinião Pública. Campinas- São Paulo, v.III, n.3, p. 112-119, 1995.

FORNI, João José. **Gestão de Crises e Comunicação: o que os gestores e profissionais de comunicação precisam saber para enfrentar crises corporativas**. 2.ed - São Paulo: Atlas, 2015.

GOMES, Wilson. **Transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Ed. Paulus. 2004.

MESQUITA, Nuno Coimbra. **Mídia e democracia no Brasil: Jornal Nacional, crise política e confiança nas instituições**. In: MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e confiança: Porque os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas?** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e confiança: Porque os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas?** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

NOVELLI, Ana Lucia C. R. **Imagens cruzadas: a opinião pública e o Congresso Nacional**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Comunicação) – ECA-USP. 223p.

ROSA, Mário. **A síndrome de Aquiles: como lidar com as crises de imagem**. Editora Gente: São Paulo, 2001.

_____. **A reputação na velocidade do pensamento: imagem e ética na era digital**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo, Hacker, 2000.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **O escândalo político. Poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.